

Reed: acordo da dívida depende apenas do Tesouro americano

BRASÍLIA — O presidente do Citibank, John Reed, disse ontem que, para os bancos credores do Brasil, a emissão de garantias em títulos do Tesouro americano é a principal condição técnica para a assinatura do acordo de renegociação da dívida, de US\$ 35 bilhões, até o fim de novembro. Se não houver acordo entre o Brasil e o FMI sobre o programa econômico, disse Reed, tudo dependerá da permissão do Governo americano para que o Tesouro emita os bônus de 30 anos de prazo, no valor de US\$ 2,8 bilhões, que darão lastro à troca de títulos, com redução da dívida.

Reed chegou ao Brasil domingo, para sua visita anual ao país, e ontem esteve com o presidente Itamar Franco e depois com o ministro Fernando Henrique Cardoso. Dizendo-se otimista com a possibilidade de fechamento do acordo, Reed — que ao conversar de pé com os repórteres deixou à mostra remendos de borracha, diferentes, nos dois saltos dos sapatos — elogiou os esforços do setor privado para adaptar-se à crise, entre eles o aumento das exportações:

— As coisas estão melhores do que eu tinha pensado. Antes, a reputação do Brasil era melhor que a realidade, agora é o contrário. Houve muito progresso nesses três ou quatro anos.



Edivaldo Ferreira

John Reed, presidente do Citibank, à esquerda, com Itamar no Planalto

O vice-presidente do Citibank e presidente do comitê de negociação dos bancos, William Rhodes, veio ontem de Nova York para participar com Reed dos encontros com as autoridades brasileiras. Segundo Rhodes, os bancos têm interesse em que o Brasil chegue a um acordo com o FMI, mas não há uma cláusula específica a esse respeito no contrato de renegociação da dívida.

O cronograma da renegociação, segundo Rhodes, é o seguinte: até a segunda quinzena de se-

tembro, o comitê dos bancos e o negociador brasileiro, Pedro Malan, trabalham na finalização dos contratos; enquanto isso, começam os entendimentos entre o Brasil e o FMI. Entre outubro e novembro os bancos esperam que o Governo dos EUA dê a permissão para a emissão dos bônus do Tesouro.

Credor de US\$ 2,5 bilhões da dívida brasileira, o Citibank entrará com US\$ 230 milhões, dos US\$ 330 milhões em dinheiro novo do acordo da dívida.